

Alguns Erros Populares Acerca do Escopo e Método da Economia – Parte 1*

*Ludwig von Mises***

Resumo: Mises alerta para o erro de confundir História Econômica com Economia. Explica o motivo que determina todas as ações dos homens, a formação dos preços e outros fenômenos chamados econômicos, assim como outros eventos da história humana e os efeitos produzidos por ações passíveis de erro. Critica ainda a incapacidade dos economistas de pensar logicamente, o abandono do individualismo metodológico e o método macroeconômico.

Palavras-chave: Pesquisa, História Econômica, Teorias econômicas, Motivos. Individualismo metodológico, Crítica ao método macroeconômico.

On Some Popular Errors Concerning the Scope and Method of Economics – Part 1

Abstract: Mises alert to the mistake of confusing Economic History with Economics. Explains what determines all actions of men, and the effects produced by their actions liable to error. Mises also criticizes the economists' inability of thinking logically, their abandonment of methodological individualism and the macroeconomic method.

Keywords: Research, Economic History, Economic theories, reasons. Methodological individualism, Critics to Macroeconomics method.

Classificação JEL: B41, B25

* Texto publicado pela primeira vez em inglês no ano de 1962 como quinto capítulo do livro *The Ultimate Foundations of Economic Science*. A presente tradução foi feita a partir da seguinte edição: MISES, Ludwig von. Some Preliminary Observations Concerning Praxeology Instead of an Introduction. In: **The Ultimate Foundation of Economic Science**. Pref. Israel Kirzner. Irvington-on-Hudson, NY: Foundation for Economic Education, 3ª ed., 2002. p. 73-87. A segunda e última parte do texto será publicada na próxima edição (Volume II, Número 2) de *MISES: Revista Interdisciplinar de Filosofia, Direito e Economia*.
Traduzido do inglês para o português por Márcia Xavier de Brito.

** **Ludwig von Mises** nasceu em 29 de setembro de 1881 na cidade de Lviv, atualmente na Ucrânia e na época parte do território do Império Austro-Húngaro. Estudou, a partir de 1900, na Universidade de Viena, e recebeu o título de Doutor em Direito por essa mesma instituição em 1906. Lecionou na Universidade de Viena de 1913 a 1934, no Instituto Universitário de Altos Estudos Internacionais em Genebra de 1934 a 1940 e na New York University de 1945 a 1969. É autor de centenas de artigos acadêmicos e de mais de vinte livros dentre os quais se destaca o tratado de economia *Ação Humana* (Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010). Faleceu no dia 10 de outubro de 1973 em Nova York, nos Estados Unidos.

I - A LENDA DA PESQUISA

As ideias populares a respeito dos métodos empregados pelos economistas ou que estes devem empregar ao longo dos estudos são moldados pela crença de que os métodos das ciências naturais também são adequados para o estudo da ação humana. Essa lenda é mantida pelo costume de confundir História Econômica com Economia. Um historiador, se lida com o que chamamos de História Geral ou com História Econômica, deve estudar e analisar os registros disponíveis. Deve se envolver na pesquisa. Muito embora as atividades de pesquisa de um historiador sejam epistemológica e metodologicamente diferentes das do naturalista ou do biólogo, não há mal em empregar para todas as atividades o mesmo nome, a saber, pesquisa. A pesquisa não é tão-somente demorada; é também, de certa maneira, dispendiosa.

Economia, no entanto, não é história. A Economia é um campo da praxeologia, uma teoria apriorística da ação humana. O economista não toma a pesquisa histórica como base das teorias, mas sua base está no pensar teórico, como o de um lógico ou o de um matemático. Muito embora a história seja, como todas as outras ciências, um pano de fundo de seus estudos, ele não se informa diretamente da história. É, ao contrário, a história econômica que deve ser interpretada com o auxílio das teorias desenvolvidas pela Economia.

O motivo é óbvio, como já apontamos anteriormente. O historiador nunca pode obter teoremas sobre causa e efeito a partir da análise do material à disposição. A experiência histórica não é uma experiência de laboratório. É a experiência de um fenômeno complexo, do resultado de uma operação conjunta de várias forças.

Isso demonstra por que é errado afirmar que *“é da observação que até mesmo a economia dedutiva obtém as premissas fundamentais”*¹. O que podemos “observar” são apenas fenô-

menos complexos. O que a história econômica, a observação ou a experiência pode dizer-nos de fatos como estes: Por um determinado período, no passado, o mineiro John, nas minas de carvão da empresa X, na aldeia de Y, ganhou p dólares por um dia de trabalho de n horas. Não há como, da união de informações desse tipo, chegar a qualquer espécie de teoria a respeito dos fatores que determinam o nível dos salários.

Existem muitas instituições para essa suposta pesquisa econômica. Coletam vários materiais, comentam de maneira um tanto arbitrária acerca dos acontecimentos aos quais se referem os assuntos e são audaciosos o bastante para, com base nesse conhecimento sobre o passado, fazer prognósticos a respeito do futuro curso dos assuntos econômicos. Caso consideremos como o principal objetivo dessas entidades a previsão do futuro, chamam a série de dados coletados de “ferramentas”. Se considerarmos a elaboração de planos para a ação governamental como a atividade mais notável, aspiram ao papel de “Estado-Maior econômico”, dando assistência ao esforço econômico do comandante supremo da nação. Ao competir com institutos de pesquisa das ciências naturais para subvenções do governo ou de fundações, chamam aos seus escritórios de “laboratórios” e aos métodos de “experimentais”. O empenho de tais instituições pode ser altamente apreciado a partir de certos pontos de vista, mas isso não é Economia. É história econômica do passado recente.

II - O ESTUDO DOS MOTIVOS

A opinião pública ainda se aflige com o fracasso da economia clássica em lidar com o problema do valor. Incapazes de resolver o aparente paradoxo da valoração, os economistas clássicos não puderam rastrear a cadeia de transações do mercado até o consumidor, mas foram forçados a iniciar o raciocínio a partir das ações do empresário, para quem as estimativas dos compradores são um fato consumado. A conduta do empresário na capa-

¹ KEYNES, John Neville. **The Scope and Method of Political Economy**. London: Macmillan, 1891. p. 165.

cidade, como comerciante, de servir ao público é descrita, com propriedade, pela fórmula: “comprar barato e vender caro”. A primeira parte dessa fórmula se refere à conduta dos compradores, cujas avaliações determinam o nível dos preços que estão dispostos a pagar pela mercadoria. Nada é dito, contudo, a respeito do processo que estabelece tais avaliações. Tais fatos são vistos como um dado irremediável. Se aceitarmos essa fórmula simplificada, certamente, é possível distinguir entre a conduta de tipo empresarial (falsamente chamada de conduta econômica ou racional) e a conduta determinada por outras considerações além dos negócios (perfidamente denominada de conduta irracional ou não econômica). Esse modo de classificação, entretanto, não faz sentido algum se aplicarmos tal comportamento ao consumidor.

O prejuízo causado por essa tentativa e por outras similares de estabelecer distinções foi retirar a economia da realidade. A missão da economia, como muitos epígonos da economia clássica a praticaram, não era lidar com acontecimentos da maneira como realmente ocorreram, mas apenas com as forças que contribuíram, de modo um tanto indefinido, para a emergência daquilo que realmente aconteceu. A economia não pretendia explicar, de verdade, a formação dos preços de mercado, mas descrever algo que, juntamente com outros fatores em jogo, teve um determinado papel no processo. Quase não lidava com seres vivos reais, mas com o fictício “homem econômico”, uma criatura diferente, em essência, do homem real.

O absurdo dessa doutrina torna-se manifesto tão logo a questão suscitada seja aquilo em que tal homem econômico difere do homem real. É considerado como um perfeito egoísta, onisciente, cuja intenção exclusiva seria acumular cada vez mais riqueza. Isso, todavia, não faz nenhuma diferença para a determinação de preços de mercado caso um comprador “egoísta” queira comprar algo para desfrutar do que comprou ou um comprador “altruísta” compre por outras razões, como, por exemplo, para doar a uma instituição de

caridade. Nenhuma dessas hipóteses faz diferença alguma no mercado, caso o consumidor, ao comprar, esteja guiado por opiniões que um observador natural considere verdadeiras ou falsas. Compre porque acredita que adquirir a mercadoria em questão trará maior satisfação do que guardar o dinheiro ou gastá-lo com outra coisa. Se pretende ou não acumular riquezas, sempre tenciona empregar o que possui nas finalidades que acredita trazer maior satisfação.

Há somente um motivo que determina todas as ações de todos os homens, isto é, a remoção, direta ou indiretamente, na máxima medida possível, de qualquer intranquilidade. Ao buscar tal propósito, os homens são afetados por todas as debilidades e fraquezas da existência humana. O que determina o verdadeiro curso dos acontecimentos, a formação dos preços e outros fenômenos chamados econômicos, assim como outros eventos da história humana, são os intentos desses homens falíveis e os efeitos produzidos por suas ações passíveis de erro. A superioridade da abordagem da moderna economia da utilidade marginal consiste no fato dela prestar atenção total a esse estado de coisas. Não lida com as ações de um homem ideal, essencialmente diferente do homem real, mas lida com as escolhas de todos aqueles que participam na cooperação social na divisão do trabalho.

A Economia, dizem muitos dos críticos, pressupõe que todos se comportem, em todas as ações, de modo perfeitamente “racional” e visa, sobretudo, o maior ganho possível, como os especuladores ao comprar e vender na bolsa de valores. O homem real, no entanto, asseveram, é diferente. Pretende, também, alcançar outras finalidades além da vantagem material que pode ser expressa em termos monetários.

Há toda uma série de erros e mal-entendidos nesse raciocínio popular. O homem que opera na bolsa de valores é levado para essa atividade somente por uma intenção, aumentar a própria suficiência. Exatamente a mesma intenção, entretanto, anima a atividade aquisitiva de todas as pessoas. O fazendeiro quer vender seu produto ao preço mais

alto que possa obter e o assalariado está desejoso para vender sua força de trabalho ao maior preço possível. O fato de, na comparação da remuneração que lhe é oferecida pelo vendedor de bens ou serviços, levar em conta não só o que auferir em termos monetários, mas também todos os demais benefícios, está em plena consonância com o comportamento caracterizado nessa descrição.

Os objetivos específicos que as pessoas pretendem atingir ao agir são muito diferentes e mudam continuamente. Toda a ação, contudo, é sempre induzida por um único motivo, a saber, substituir o estado que prevaleceria na ausência de ação por um estado de maior satisfação do agente.

III - TEORIA E PRÁTICA

Um ponto de vista popular considera a Economia como a ciência das transações comerciais. Supõe que a economia está, para as atividades de um empresário, na mesma relação das disciplinas tecnológicas ensinadas nas escolas e apresentadas em livros para mecânicos, engenheiros e artesãos. O empresário é o executor das coisas sobre as quais o economista apenas fala e escreve. Assim, um empresário tem, na qualidade de indivíduo prático, um conhecimento mais realista e fundamentado, possui informação interna sobre os problemas de economia que o teórico que observa as questões do mercado de fora. O melhor método que um teórico pode escolher para aprender algo sobre as verdadeiras condições é ouvir aquilo que os realizadores têm a dizer.

No entanto, a Economia não é algo específico acerca de negócios; diz respeito a todo o fenômeno do mercado, em todos os aspectos, não somente às atividades do empresário. A conduta do consumidor, ou seja, de todos, não é um tópico menor dos estudos econômicos. O empresário não está, como empresário, relacionado ou envolvido no processo que fenômenos de mercado de maneira mais próxima do qualquer outra pessoa. A posição do economista com relação ao objeto dos estudos não deve ser comparada à do autor de livros de

tecnologia para engenheiros e trabalhadores, mas, em vez disso, à do biólogo para os seres vivos – onde se inclui o homem – cujas funções vitais tenta descrever. Não são as pessoas com melhor visão que são peritas em oftalmologia, mas sim os oftalmologistas, ainda que míopes.

É fato histórico que alguns homens de negócio – dentre eles, principalmente, David Ricardo (1772-1823) –, deram notáveis contribuições para a teoria econômica. Houve outros eminentes economistas, entretanto, que foram “meros” teóricos. O que há de errado com a disciplina atualmente ensinada na maioria das universidades sob o rótulo enganador de Economia não é que os professores ou autores de livros-texto não sejam empresários ou que tenham fracassado nos negócios. O erro está na ignorância de Economia e na incapacidade de pensar logicamente.

O economista – assim como o biólogo e o psicólogo – lida com questões que estão presentes e operantes em todos os homens. Isso distingue o trabalho do economista do trabalho do etnologista que deseja registrar os costumes e hábitos de uma tribo primitiva. O economista não precisa se deslocar; pode, apesar de todas as zombarias, assim como o lógico e o matemático, trabalhar na poltrona. O que o distingue de outras pessoas não é a oportunidade esotérica de lidar com um material especial não acessível a outrem, mas o modo como respeitosamente olha as coisas e nelas descobre aspectos que outras pessoas falham em reconhecer. Era isso que Philip Wicksteed (1844-1927) tinha em mente ao escolher para seu grande tratado² um mote do Fausto de Goethe (1749-1832): “*vida humana plena! / todos a vivem, conhece-a pouca gente*”³.

² WICKSTEED, Philip H. **The Common Sense of Political Economy: Including a Study of the Human Basis of Economic Law**. London: Macmillan, 1910. 2v.

³ GOETHE, Johann Wolfgang von. Prelúdio no Teatro. In: **Fausto**. Trad. Introd. e Glossário João Barrento. Lisboa: Relógio D'Água Editores, 2013. p. 35, v. 167-168. (N. do T.)

IV - AS ARMADILHAS DA HIPOSTATIZAÇÃO

O pior inimigo do bem pensar é a tendência a hipostatização, ou seja, atribuir substância ou existência real a constructos mentais ou conceitos.

Nas ciências da ação humana a instância mais notável dessa falácia é o modo como o termo *sociedade* é empregado por várias escolas de pseudociência. Não causa dano algum empregar o termo para significar a cooperação de indivíduos unidos em empreendimentos para alcançar determinados fins. É um aspecto limitado da ação de vários indivíduos que constitui o que é chamado sociedade ou “a grande sociedade”. Entretanto, a própria sociedade não é nem substância, nem poder, nem um agente. Somente indivíduos agem. Algumas das ações individuais são direcionadas pela intenção de cooperar com os demais. A cooperação dos indivíduos leva ao estado de coisas descrito pelo conceito de sociedade. A sociedade não existe apartada dos pensamentos e ações das pessoas. Não possui “interesses” e não almeja nada. O mesmo pode ser dito de todas as outras coletividades.

A hipostatização não é uma mera falácia epistemológica e não desencaminha apenas a busca pelo conhecimento. Nas assim chamadas Ciências Sociais é muito mais frequente que sirva a determinadas aspirações políticas, ao pretender para a coletividade uma dignidade muito mais excelsa que para o indivíduo, ou mesmo ao atribuir existência real somente ao coletivo, negando a existência dos indivíduos e denominando-o simples abstração.

Os próprios coletivistas discordam entre si na avaliação de vários constructos coletivistas. Alegam uma realidade e dignidade moral superior para uma determinada coletividade em detrimento de outra, ou, de modo mais radical, chegam até a negar a verdadeira existência e dignidade de constructos coletivistas de outros grupos. Assim, os nacionalistas consideram a “nação” como a única coletividade verdadeira, para a qual,

exclusivamente, todos os indivíduos que consideram conacionais devem fidelidade, e estigmatizam todas as demais coletividades – por exemplo, as comunidades religiosas – como de categoria inferior. A epistemologia, no entanto, não tem de lidar com as controvérsias políticas implícitas.

Ao negar às coletividades a perseidade, isto é, uma existência independente de si mesma, não negamos, de modo algum, a realidade dos efeitos produzidos pela cooperação dos indivíduos. Simplesmente reconhecemos o fato de que as coletividades surgem por pensamentos e ações de indivíduos e que desaparecem quando os indivíduos adotam um modo de pensar e agir diferente. Os pensamentos e ações de um determinado indivíduo são instrumentais no surgimento não só de um, mas de várias coletividades. Assim, por exemplo, as mesmas posturas de um indivíduo podem servir para formar as coletividades nação, comunidade religiosa, partido político e assim por diante. Por outro lado, um homem pode, sem suspender totalmente sua pertença a uma determinada coletividade, vez ou outra, ou mesmo regularmente, proceder em suas ações de maneira que seja incompatível com a manutenção de sua filiação. Desse modo, por exemplo, ocorreu na história recente de várias nações que católicos praticantes deram votos para candidatos que abertamente admitiam hostilidade às aspirações políticas da Igreja e tratavam com desprezo os dogmas como se fossem fábulas. Ao ocupar-se das coletividades, o historiador deve prestar atenção para o grau em que as várias ideias de cooperação determinam o pensamento e as ações dos membros. Assim, ao tratar da história do Ressurgimento italiano, tem de investigar a extensão e o modo em que uma ideia de estado nacional italiano e até onde e de que maneira a ideia de um estado papal secular influenciaram os propósitos dos vários indivíduos e grupos cuja conduta é o objeto de seus estudos.

As condições políticas e ideológicas da Alemanha de sua época levaram Marx a empregar, na proclamação do programa de

nacionalização dos meios de produção, o termo “sociedade” em vez do termo “Estado” (*Staat*), que é o equivalente alemão do termo inglês “nação”. A propaganda socialista conferiu ao termo “sociedade” e ao adjetivo “social” uma aura de santidade, manifestada no apreço semirreligioso que desfrutava aquilo que é chamado de “trabalho social”, ou seja, o manejo da distribuição de esmolas e atividades similares.

V - SOBRE A REJEIÇÃO DO INDIVIDUALISMO METODOLÓGICO

Nenhuma proposição sensata sobre a condição humana pode ser afirmada deixando de se referir àquilo que agentes individuais pretendem e o que consideram sucesso ou fracasso, perda ou lucro. Se estudarmos as ações dos indivíduos, aprendemos tudo o que somos capazes de saber sobre o agir, desde que não exista no universo, até onde possamos observar, nenhuma outra entidade ou ser que, insatisfeito com o estado de coisas que prepondera quando deixa de interferir, aplica-se a melhorar as condições por intermédio da ação. Ao estudar a ação, tornamo-nos cientes tanto das capacidades do homem como dos limites dessas mesmas capacidades. Falta-lhe onipotência e nunca poderá chegar a um estado de satisfação plena e duradoura. Tudo o que pode fazer é substituir, ao lançar mão dos meios apropriados, um estado de menor descontentamento por um estado de maior contentamento.

Ao estudar as ações dos indivíduos, aprendemos também tudo a respeito das coletividades e da sociedade. A coletividade não tem existência e realidade senão nas ações dos indivíduos. Passa a existir por meio das ideias que movem os indivíduos a se portarem como membros de um determinado grupo e deixa de existir quando o poder de persuasão dessas ideias diminui. A única maneira de conhecer a coletividade é a análise da conduta de seus membros.

Não há necessidade de acrescentar mais nada ao que já foi dito pela praxeologia

e pela economia para justificar o individualismo metodológico e para rejeitar a mitologia do coletivismo metodológico⁴. Até mesmo o defensor mais fanático do coletivismo tem de lidar com ações de indivíduos enquanto fingem tratar com ações de coletividades. As estatísticas não registram acontecimentos que acontecem nas e às coletividades. Registram o que acontece aos indivíduos que formam determinado grupo. O critério que determina a constituição desses grupos é dado pelas determinadas características dos indivíduos. A primeira coisa que tem de ser instituída ao falar de uma entidade social é a definição clara daquilo que justifica logicamente contar ou não um indivíduo como membro daquele grupo.

Isso também é válido com relação àqueles grupos que aparentemente são compostos por “fatos materiais e realidades” e não por “meros” fatores ideológicos, por exemplo, pessoas que descendem da mesma ancestralidade e aqueles que vivem em uma mesma área geográfica. Não é “natural” nem “necessário” que os membros de uma mesma raça ou os habitantes de um mesmo país cooperem entre si de maneira mais próxima que membros de outras raças ou habitantes de outros países. As ideias de solidariedade racial e de ódio racial não deixam de ser ideias e somente quando são aceitas pelos indivíduos resultam em uma ação que lhes corresponda. A tribo primitiva de silvícolas, também, é mantida como um agente – uma sociedade – pelo fato de seus membros estarem imbuídos da ideia de que ser leal ao clã é o correto ou mesmo de que é a única maneira de fazê-los cuidar uns dos outros. É verdade que essa ideologia primitiva não foi seriamente contestada por milhares de anos, mas o fato de que uma ideologia domina a mentalidade das pessoas por um longo espaço de tempo não muda seu caráter

⁴ Ver, em especial: MISES, Ludwig von. **Ação Humana: Um Tratado de Economia**. Trad. Donald Stewart Jr.. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990. p. 69-72. Ver, também: Idem. **Teoria e História**. Trad. Rafael de Sales Azevedo. São Paulo: Mises Brasil, 2014. p. 181ss.

praxeológico. Outras ideologias também desfrutaram de considerável longevidade, por exemplo, o princípio monárquico de governo.

A rejeição do individualismo metodológico sugere a hipótese de que o comportamento dos homens é controlado por algumas forças misteriosas que desafiam qualquer análise e descrição. Se percebermos que aquilo que move à ação é a ideia, não podemos deixar de admitir que tais ideias originam-se na mente de alguns indivíduos e são transmitidas a outros indivíduos. Quando alguém, no entanto, aceitou a tese fundamental do individualismo metodológico, a saber, de que são as ideias dos indivíduos que determinam a fidelidade ao grupo, e uma coletividade não mais se assemelha a uma entidade agindo por conta e iniciativa própria.

Todas as relações inter-humanas são um desdobramento de ideias e a conduta dos indivíduos dirigidas por tais ideias. O déspota governa porque seus súditos preferem obedecê-lo a resisti-lo abertamente. O senhor de escravos está na posição de lidar com os escravos como se fossem bens móveis porque os escravos não têm escolha e não estão preparados para demonstrar suas pretensões. É uma transformação ideológica que nossa era enfraqueça e ameace destruir completamente a autoridade dos pais, dos professores e dos clérigos.

O significado do individualismo metodológico foi, lamentavelmente, mal interpretado pelos precursores do coletivismo. Do modo como veem, o dilema é se as preocupações – interesses – dos indivíduos devem ter precedência aos interesses – arbitrariamente selecionados – das coletividades. No entanto, a controvérsia epistemológica entre individualismo e coletivismo não tem referência direta a esse assunto meramente político. O individualismo como princípio de análise filosófica, praxeológica e histórica da ação humana significa estabelecer que todas as ações podem ser rastreadas até o indivíduo e que nenhum método científico pode ser bem sucedido em determinar como determinados acontecimentos externos, sujeitos a descrição pelos

métodos das ciências naturais, produzem na razão humana ideias precisas, julgamentos de valor e volições. Nesse sentido, o indivíduo que não pode ser dissociado nas partes constituintes é, igualmente, o ponto de partida e o dado último de todos os esforços para lidar com a ação humana.

O método coletivista é antropomórfico e, simplesmente, supõe que todos os conceitos das ações dos indivíduos podem ser aplicados aos das coletividades. Não percebe que todas as coletividades são o produto de um determinado modo pelo qual indivíduos agem; são um desdobramento de ideias a determinar a conduta dos indivíduos.

VI - A ABORDAGEM DA MACROECONOMIA

Os autores que pensam ter substituído, na análise da economia de mercado, uma abordagem holística, social, universalista, institucional ou macroeconômica por aquilo que desprezam como uma abordagem espuriamente individualista enganam a si mesmos e ao público. Todo o discurso a respeito da ação deve lidar com avaliações e com a busca árdua por determinados fins, assim como não há ação que não seja orientada por causas finais. É possível analisar condições que preponderariam em um sistema socialista em que somente o czar supremo determina todas as atividades e todos os outros indivíduos apagam suas personalidades e convertem-se, praticamente, a meras ferramentas nas mãos e atos do czar. Para a teoria do socialismo integral parece suficiente considerar somente as avaliações e ações do czar supremo. No entanto, se alguém tiver de lidar com um sistema em que o esforço de mais de um homem por determinados fins direciona ou afeta a razão, não podemos deixar de rememorar os efeitos produzidos pela ação até o ponto em que nenhuma análise das ações pode prosseguir, isto é, aos juízos de valor e aos fins que visam os indivíduos.

A abordagem macroeconômica considera um segmento arbitrariamente selecio-

nado da economia de mercado (como regra: uma nação) como se fosse uma unidade integrada. Tudo o que ocorre nesse segmento são ações de indivíduos e grupos de indivíduos que agem em acordo. A macroeconomia, contudo, segue como se todas essas ações dos indivíduos fossem, de fato, o resultado de uma operação mútua, de magnitude macroeconômica sobre outra magnitude macroeconômica.

A distinção entre micro e macroeconomia é, no que diz respeito à terminologia, tomada de empréstimo da distinção da Física moderna entre Física microscópica, que trata de sistemas em escala atômica, e a Física macroscópica (ou molar), que trata de sistemas que podem ser apreciados na escala dos sentidos humanos. Isso significa que, num mundo ideal, somente as leis microscópicas não bastam para cobrir todo o campo da Física, sendo as leis molares apenas uma adaptação conveniente para um problema especial, de frequência recorrente. A lei molar surge como uma versão condensada e resumida da lei microscópica⁵. Desse modo, a evolução que levou da Física macroscópica a Física microscópica é vista como um progresso de um método menos satisfatório a um método mais satisfatório para lidar com o fenômeno da realidade.

O que os autores que introduziram a distinção entre macroeconomia e microeconomia na terminologia dos problemas econômicos tinham em mente era o exato oposto. Suas doutrinas sugeriam que a microeconomia é um modo insatisfatório de estudar os problemas e que a substituição da macroeconomia por microeconomia corresponde a eliminação de um método insatisfatório pela adoção de um método mais satisfatório.

O macroeconomista se ilude, caso utilize, em seu discurso, preços de mercado determinados por indivíduos que compram e vendem. Uma abordagem macroeconômica consistente teria de afastar-se de qualquer referência a preços e a moeda. A economia de

mercado é um sistema social no qual os indivíduos agem. As avaliações dos indivíduos como manifestadas nos preços de mercado determinam o curso de todas as atividades de produção. Se quisermos nos opor à realidade da economia de mercado a imagem de um sistema holista, devemos nos privar de fazer qualquer uso de preços.

Tomemos o exemplo de um aspecto das falácias do método macroeconômico pela análise do emprego de uma de suas formas mais populares, a assim chamada renda nacional.

Renda é um conceito de métodos contábeis de empresas de fins lucrativos. O empresário serve aos consumidores para ter lucro. Mantém um registro para descobrir se seu objetivo foi atingido ou não. Ele (e, da mesma maneira, outros capitalistas, investidores que não estão, eles mesmos, ativos nos negócios e, é claro, fazendeiros e proprietários de todos os tipos de bens imóveis) comparam o equivalente monetário de todos os bens aplicados ao empreendimento em dois momentos temporais diferentes e aprende, assim, qual foi o resultado de suas transações nesse período. De tais cálculos emergem os conceitos de lucro e perda em contraste ao de capital. Se o proprietário do equipamento ao qual se refere o registro contábil chama o lucro percebido de “renda”, eis o que isso significa: Se consumo tudo, não reduzo o capital investido no empreendimento.

As modernas leis tributárias chamam de “renda” não somente o que os contadores consideram como o lucro percebido por uma determinada unidade empresarial e o que o proprietário dessa unidade considera como a renda derivada das operações dessa unidade, mas também a renda líquida dos profissionais e os salários e ganhos dos empregados. Ao somar o total de uma nação daquilo que é renda em termos contábeis e o que é renda em termos de legislação tributária, chegamos a uma figura chamada “renda nacional”.

O caráter ilusório de tal conceito de renda nacional deve ser observado não só no que diz respeito às mudanças do poder de compra da

⁵ EDDINGTON, A. S. *The Philosophy of Physical Science*. New York / Cambridge: Cambridge University Press, 1939. p. 28ss.

unidade monetária. Quanto mais progride a inflação, mais sobe a renda nacional. Dentro de um sistema econômico em que não há aumento na oferta de moeda e de meios fiduciários, a acumulação progressiva do capital e a melhoria dos métodos tecnológicos de produção que isso oferece resultariam em uma queda progressiva dos preços ou, igualmente, em um aumento do poder de compra da unidade monetária. A quantidade de bens disponíveis para o consumo aumentaria e o padrão médio de vida melhoraria, mas essas mudanças não seriam vistas em figuras nas estatísticas de renda nacional.

O conceito de renda nacional oblitera totalmente as verdadeiras condições de produção de uma economia de mercado. Encerra a ideia que não é a atividade de indivíduos que leva a melhoria (ou dano) na quantidade de bens disponíveis, mas algo que está acima e fora dessas atividades. Essa coisa misteriosa produz uma quantidade chamada “renda nacional” e, então, um segundo processo distribui essa quantidade entre os vários indivíduos. O significado político desse método é óbvio. Criticamos a “desigualdade” predominante na distribuição da “renda nacional”. Proibimos a pergunta do que faz a renda nacional crescer ou decrescer e sugerimos que não há desigualdade na contribuição e feitos dos indivíduos que geram a quantidade total da renda nacional.

Se invocarmos a questão de quais fatores fazem a renda nacional aumentar, temos apenas uma resposta: por um lado, a melhoria em equipamentos, ferramentas e máquinas empregados na produção e, de outro, a melhoria na utilização do equipamento disponível para a melhor satisfação possível dos desejos humanos. O primeiro é o efeito da poupança e acumulação de capital, e o segundo, de perícia tecnológica e de atividades empresariais. Se chamarmos de aumento da renda nacional (não produzido pela inflação) de progresso econômico, não podemos deixar de constatar o fato de que o progresso econômico é o fruto dos esforços dos poupadores, dos inventores e dos empreendedores. O que uma análise

imparcial da renda nacional nos mostraria seria, sobretudo, a patente desigualdade das contribuições de vários indivíduos para a emergência da magnitude chamada renda nacional. Ademais, teria de demonstrar como o aumento per capita da cota de capital empregado e a perfeição das atividades tecnológicas e empresariais beneficiam – ao aumentar a produtividade marginal do trabalho e, por isso, dos salários e ao aumentar os preços pagos pela utilização dos recursos naturais – também aqueles tipos de indivíduos que não contribuem, eles mesmos, para a melhoria das condições e o aumento da “renda nacional”.

O exame da “renda nacional” é uma tentativa prematura de justificar a ideia marxista de que, sob o capitalismo, os bens são produzidos “socialmente” (*gesellschaftlich*) e, então, apropriados pelos indivíduos. Isso põe as coisas de ponta-cabeça. Na realidade, os processos de produção são atividades de indivíduos cooperando entre si. Cada colaborador individual recebe o que seus confrades – competindo uns com os outros como compradores no mercado – estão preparados para pagar por sua contribuição. Por amor à argumentação, devemos admitir que a soma dos preços pagos por cada contribuição individual é o que poderíamos chamar de renda nacional total resultante. Isso, todavia, é um passatempo infundado para concluir que esse total fora produzido pela “nação” e lamentar – negligenciando a desigualdade das várias contribuições individuais – a desigualdade na suposta distribuição.

Não há nenhum motivo não político para prosseguir com a soma de todas as rendas de uma “nação” e não dentro de uma fronteira ou de uma coletividade maior ou menor. Por que a renda nacional dos Estados Unidos e não a “renda estadual” do estado de Nova York ou a renda municipal da localidade de White Plains? Todos os argumentos que podem ser propostos em favor da preferência pelo conceito de “renda nacional” dos Estados Unidos em oposição a qualquer outra dessas unidades menores também pode ser explicado em favor de uma renda continental de todas

as partes do continente americano, ou mesmo uma “renda mundial” em contraste com a renda nacional dos Estados Unidos. Essas são meras tendências políticas que tornam plausível a escolha dos Estados Unidos como uma unidade. Os responsáveis por tal escolha são críticos do que consideram desigualdade das rendas individuais dentro dos Estados Unidos – ou dentro do território de uma outra nação soberana – e objetivam uma maior igualdade

de rendas dos cidadãos do próprio país. Não são nem a favor de uma equalização mundial das rendas, nem de uma equalização dentro dos vários estados que formam os Estados Unidos ou suas subdivisões administrativas. Podemos concordar ou discordar dos objetivos políticos, mas não podemos negar que o conceito macroeconômico de renda nacional é um mero slogan político destituído de qualquer valor cognitivo. ∞